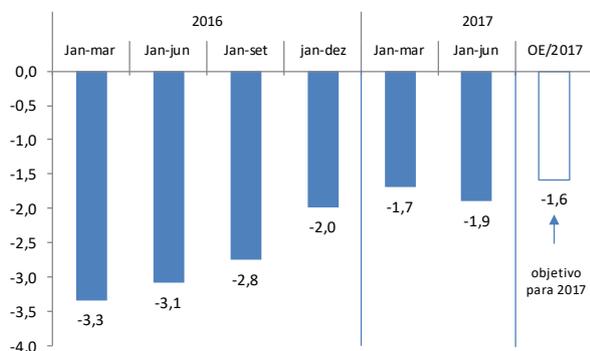


A presente nota rápida tem por base as contas nacionais trimestrais por setor institucional, apuradas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), e a informação incluída na 2.ª notificação do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), ambas divulgadas no dia 22 de setembro. Os resultados até ao 1.º trimestre de 2017 incorporam ainda as revisões publicadas pelo INE na mesma data, no âmbito do calendário regular de revisões de contas nacionais. Esta informação antecede uma análise trimestral mais detalhada, que será divulgada na primeira quinzena de outubro.

1 No 1.º semestre de 2017, o défice das administrações públicas em contabilidade nacional ascendeu a 1,8 mil M€, fixando-se em 1,9% do PIB. O défice do 1.º semestre situou-se 0,1 pontos percentuais (p.p.) abaixo do limite inferior do intervalo da estimativa avançada para o défice deste período realizada pela UTAO no início de setembro e publicada na [Informação técnica da UTAO n.º 26/2017](#). Simultaneamente, o INE reviu em baixa o défice das administrações públicas do 1.º trimestre de 2017 em 0,4 p.p. do PIB, de 2,1% do PIB para 1,7%, em resultado da incorporação de nova informação no âmbito do calendário regular de revisões das estatísticas de contas nacionais. Por comparação com igual período de 2016, o défice do 1.º semestre evidenciou uma redução de mil M€, o equivalente a 1,2 p.p. do PIB semestral (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Saldo das administrações públicas
(em percentagem do PIB)



Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: Valores não ajustados de operações de natureza one-off.

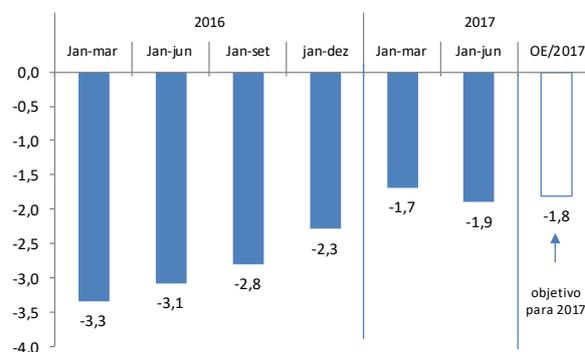
2 No 1.º semestre não se realizaram operações de natureza one-off. Não tendo também existido no mesmo período de 2016 operações desta natureza a registar, a evolução homóloga do défice ajustado no 1.º semestre (Gráfico 2) afigura-se assim idêntica à registada pelo défice global, com uma redução de 1,2 p.p. do PIB. Para o conjunto do ano, contudo, encontra-se prevista a recuperação da garantia do BPP, que configura uma operação one-off e cujo impacto positivo sobre o saldo orçamental deverá ascender a cerca de 0,2 p.p. do PIB.

3 A estimativa do Ministério das Finanças para o défice de 2017 incluída na 2.ª Notificação do PDE mantém-se em 1,5% do PIB. Esta estimativa é idêntica à apresentada no PE/2017-21 e situa-se 0,1 p.p. abaixo do objetivo oficial para o défice, fixado no OE/2017 em 1,6% do PIB. Note-se, contudo, que quer aquela estimativa para 2017 quer o objetivo anual não incluem o possível impacto que a operação de recapitalização da Caixa Geral de

Depósitos realizada possa vir a ter sobre as contas das administrações públicas em contabilidade nacional. Esta operação encontra-se ainda sob análise conjunta do Eurostat e do INE, não tendo sido até à data divulgado o impacto que a mesma deverá ter no défice das administrações públicas em 2017, apesar de ter estado prevista a divulgação deste efeito para a 2.ª Notificação do PDE.

4 O défice registado no 1.º semestre manteve-se acima do objetivo anual definido no OE/2017. O défice das administrações públicas registado na 1.ª metade de 2017 agravou-se em 0,2 p.p. do PIB face ao défice observado no 1.º trimestre do ano. O défice registado até junho excedeu em 0,3 p.p. do PIB o objetivo anual fixado para 2017 (Gráfico 1) e em 0,1 p.p. do PIB o objetivo ajustado de medidas one-off (Gráfico 2). No entanto, o défice do 1.º semestre incorpora já o efeito de antecipação dos reembolsos do IRS em 2017, cujo impacto no défice orçamental se deverá diluir no decorrer do ano, uma vez que em contas nacionais o registo dos reembolsos segue uma ótica de caixa, idêntica à adotada em contabilidade pública.¹ Por esta via é de esperar uma melhoria do défice na 2.ª metade do ano. O objetivo para o défice de 2017, excluindo efeito da operação de recapitalização da CGD realizada no 1.º trimestre, afigura-se deste modo exequível.

Gráfico 2 – Saldo das administrações públicas corrigido do efeito de medidas one-off
(em percentagem do PIB)



Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: O saldo orçamental de 2016 foi ajustado do efeito da entrega de F-16 à Roménia no 3.º trimestre e 4.º trimestres, e neste último também ajustado dos efeitos decorrentes do PERES, do novo regime de tributação de fundos de investimento, do acerto de contribuições para a União Europeia e da devolução a Portugal de parte das *pre-paid margins* do *European Financial Stability Facility*. Em 2017, não foram realizados ajustamentos até junho. O objetivo para o défice orçamental para 2017 definido no OE/17 encontra-se ajustado do efeito da recuperação da garantia do BPP.

¹ Até junho, os resultados da execução orçamental evidenciam um aumento de reembolsos de IRS face a 2016 em 1,1 mil M€. Na execução orçamental até de julho essa diferença face ao ano anterior reduziu-se para 0,5 mil M€.